



# Gestão de Florestas Públicas

## Relatório 2006

Tasso Rezende de Azevedo  
Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro

Brasília, 31 Março 2007

# Sumário

1. Objetivos do relatório
2. Escopo do relatório
3. Estrutura do relatório
4. Conteúdo do relatório

# 1. Objetivos

# 1. Objetivos

- Atender o que determina a Lei sobre a apresentação de relatório sobre a gestão de florestas públicas.

*Art. 53. Caberá ao órgão gestor...no âmbito de suas competências:*

- *§ 2º Encaminhar ao poder concedente, ao Poder Legislativo e ao conselho de meio ambiente, relatório anual sobre as concessões florestais outorgadas, o valor dos preços florestais, a situação de adimplemento dos concessionários, as vistorias e auditorias florestais realizadas e os seus resultados, assim como demais informações relevantes sobre o efetivo cumprimento dos objetivos da gestão de florestas públicas.*
  - *§ 3º O relatório deverá ser encaminhado ao CONAMA e ao Congresso Nacional até 31 de março de cada ano.*
- Apresentar os principais passos que foram dados para a implementação da gestão de florestas públicas, em conformidade com o marco regulatório aprovado em março de 2006 (Lei 11.284).

## 2. Escopo do Relatório

## 2. Escopo do relatório

- A Gestão de Florestas Públicas;
- Informar Poder Concedente (MMA), Poder Legislativo (Congresso Nacional), os órgãos consultivos (CONAMA e CGFLOP) e a sociedade;
- Ações relacionadas à implementação da Lei 11.284, de 02/03/2006;
- Março 2006 a Março de 2007 (Ano de 2006);

## 3. Estrutura do Relatório

## 3. Estrutura do relatório

- **Capítulo I: O Primeiro Ano da Lei de Gestão de Florestas Públicas**
  - Resumo executivo do conteúdo do relatório
- **Capítulo II: A Gestão de Florestas Públicas**
  - Principais ações diretamente relacionadas à Gestão das Florestas públicas
- **Capítulo III: O Serviço Florestal Brasileiro**
  - Os avanços alcançados com relação à sua estruturação
- **Capítulo IV: Distritos Florestais Sustentáveis**
  - Conceito e informação sobre distritos planejados
- **Capítulo V: Prioridades para 2007**
  - Quais os focos ou metas a serem alcançadas no ano de 2007
- **Anexos**



## 4. Conteúdo do relatório

# Capítulo I: Contexto

- **56% do território** são florestas
- **Economia** de produtos florestais representa
  - 3,5% do PIB
  - 8,7% das exportações
  - 2 milhões de empregos diretos
- **Mais da metade** estima-se sejam **florestas públicas**. Lei 11.284 sancionada em março de 2006 representa o marco regulatório para gestão das florestas públicas.
- Foram 14 meses para elaborar a lei com extenso processo de consulta pública e 11 meses de tramitação no congresso nacional incluindo 13 audiências públicas.

# Capítulo I: Contexto

- **Principais avanços no 1º ano:**
  - Regulamentação da Lei pelo Decreto 6.063 de 20/03/2007
  - Criação do Serviço Florestal pelo Decreto 5.776 de 12/05/2006
  - Implantação do Comissão de Gestão de Florestas Públicas (Decreto 5.795 de 5/05/2007)
  - Implementação dos mecanismos de transição
  - Montagem dos instrumentos de gestão e monitoramento das florestas públicas
  - Implantação dos Distritos Florestais Sustentáveis
  - Implantação da gestão florestal descentralizadas (união , estados e municípios)

# Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

## 2.1. Regulamentação

### 2.1.1. Decreto 6.063, de 2 de março de 2007

- Cadastro Nacional de Florestas Públicas
- Destinação de Florestas Públicas às Comunidades Locais
- Plano Annual de Outorga Florestal (PAOF)
- Licenciamento Ambiental
- Licitação e contrato de Concessões Florestais
- Monitoramento e Auditorias das Florestas Públicas Federais

### 2.1.1. Resoluções CONAMA 378 e 379, 19 de Outubro de 2006

- Regulamenta Gestão Florestal compartilhada
- Regulamenta empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental regional ou nacional

### 2.1.3. Instruções Normativas 02/2006 e 01/2007 MMA

- Regulamentação Contratos de Transição

# Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

- *Continuação*

## 2.2 – Mecanismos de Transição

- A. Contratos de Transição
- B. Faixa de 100 km ao longo da BR-163
- C. Florestas Nacionais

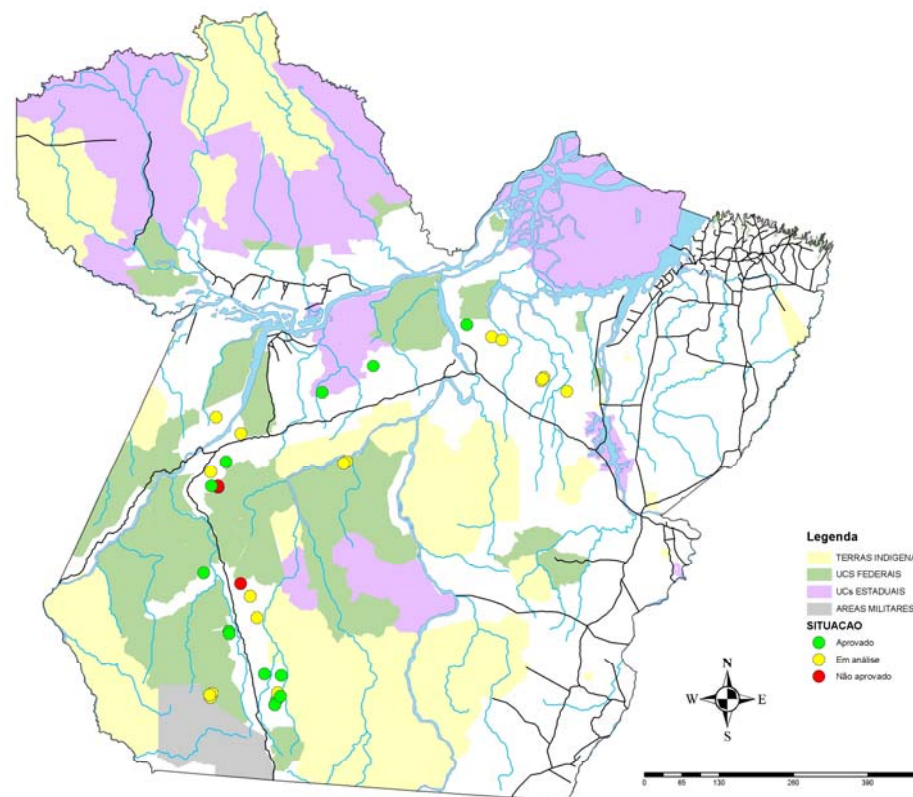
# Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

- *Continuação*

## A. Contratos de Transição

- 34 solicitações
  - 7 contratos assinados
  - 22 em processo de avaliação e vistoria
  - 5 indeferidos

Mapa Contratos de Transição

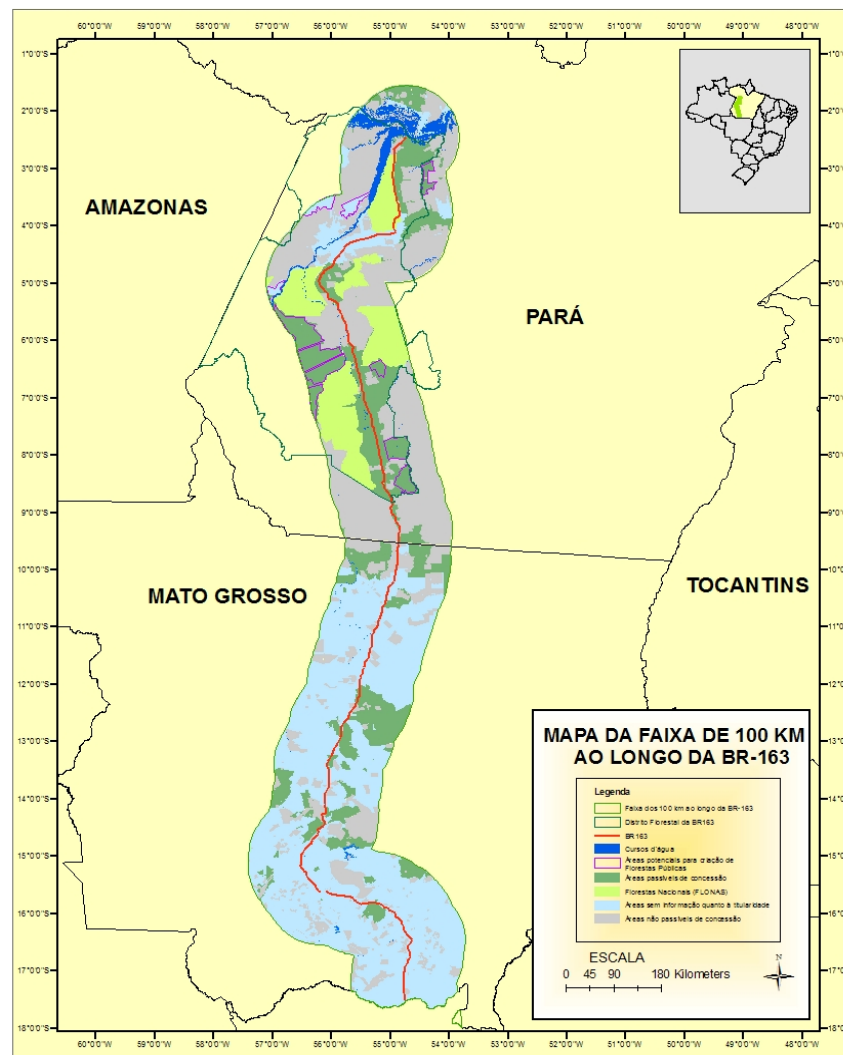


# Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

## - Continuação

### B. 100 km ao longo da BR 163

- Área Total – 42 milhões ha
- Área de Floresta – 27 milhões
- **Área identificada como de potencial para concessões – 1,52 milhões de hectares.**
- Limite da Lei – até 750 mil hectares
- Em processo de estudo detalhado de potencial de manejo florestal.



# Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

- *Continuação*



## C. Florestas Nacionais

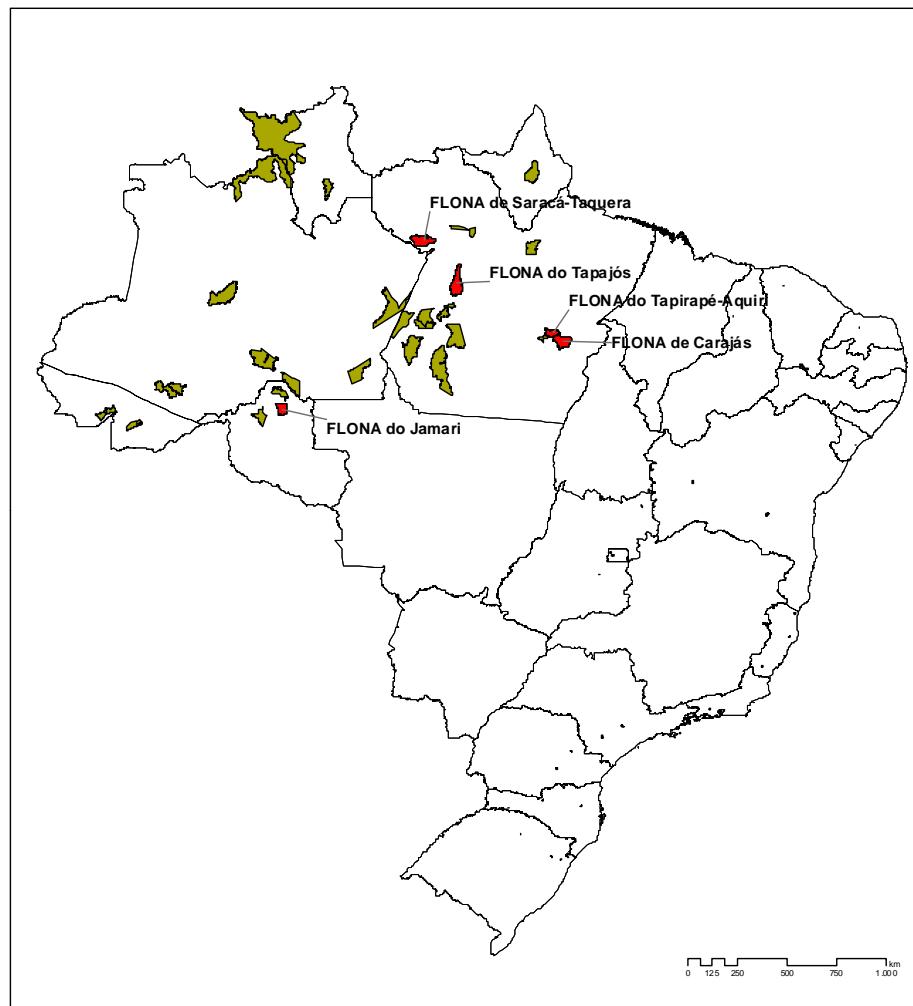
Total 63 Flonas

- 33 na Amazônia com 19 milhões de hectares
- 5 com Planos de Manejo e possibilidade de início do manejo florestal.
- Regularização Fundiária é o limitante.
- 8 Flonas no DFS da BR 163 com Plano de Gestão da UC em elaboração.

FLONAS BRASIL/  
DESTAQUE AMAZONIA COM  
PLANO DE MANEJO

### Áreas de Proteção Integral

-  FLONAS com Plano de Manejo Aprovado (Amazônia)
-  FLONAS sem Plano de Manejo Aprovado





# Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

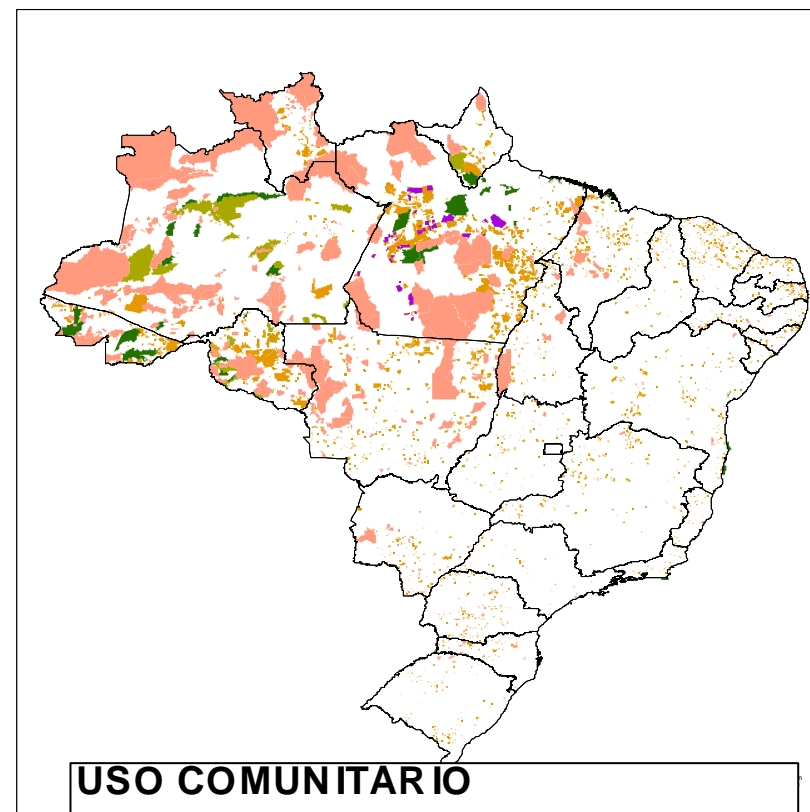
Continuação

## 2.3 Áreas destinadas ao uso comunitário

- População Indígena + 450 mil pessoas

### Dados de Uso Comunitário

Tipo de unidade	Número de unidades	Área (ha)
Proj. de Assentamento Agr.	106	2.608.213
Proj de Assentamento Florestal	4	101.353
Proj. de Des. Sustentável	97	2.900.068
Proj. de Ass. Esp. Quilombola	7	182.333
Reservas Extrativistas	35	9.571.875
Res. Desenvolvimento Sustentável	6	7.529.623
Terras Indígenas	589	108.989.441
Total	844	131.882.906



### USO COMUNITARIO

- Terras Indígenas
- Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS
- RESEX e RDS (Federais)
- RESEX e RDS (Estaduais)
- Projetos de Assentamento

Capítulo

I

II

III

IV

V

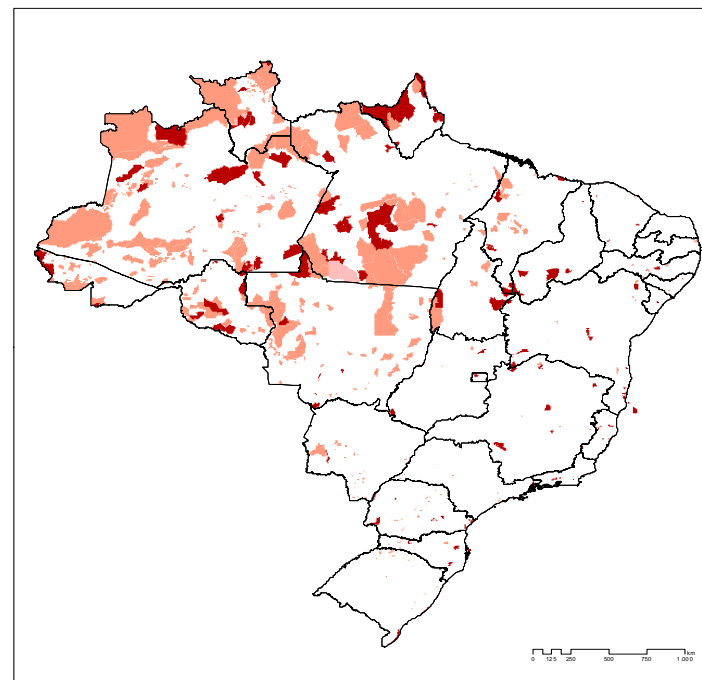
# Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

Continuação




## 2.4 – Áreas destinadas à proteção integral

Proteção Integral	categorias	Total
FEDERAIS	ESEC	7.188.253
	PARNA	21.964.568
	REBIO	3.859.678
	RVS	144.645
AREAS MILITARES		3.928.284
TERRAS INDIGENAS		108.968.419
TOTAL		<b>146.053.846</b>

### TEOR/FOCO



### Áreas de Proteção Integral

-  Proteção Integral - Federal
-  Terras Indígenas
-  Áreas Militares

# Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

## Continuação

### 2.5 – A CGFLOP (Comissão de Gestão de Florestas Públicas)

- É o órgão consultivo do sistema de gestão de florestas públicas
- Foi regulamentada pelo Decreto No. 5.795 (05/06/06)



Setor	Instituição
Governo	Min. do Meio Ambiente - MMA Min. da Agricultura Pecuária Abastecimento - MAPA Min. da Ciência e Tecnologia - MCT Min. da Defesa Min. da Indústria e Comércio Exterior - MDIC Min. do Desenv. Agrário - MDA Min. do Planejamento e Gestão - MPOG Serviço Florestal Brasileiro Instituto Bras. Meio Ambiente e Rec. Nat. - IBAMA Instituto Nac. Colonização e Reforma Agrária - INCRA Empresa Bras. De Pesquisa Agropecária - Embrapa Ass. Bras. Entidades Est.aduais Meio Ambiente - ABEMA Ass. Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA
Sociedade	Conf. Nac. Trabalhadores Ind. de Madeira - CONTICOM Conf. Nac. dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG Coord. Org. Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB Sociedade Brasileira de Eng. Florestais - SBEF Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC Oficina Escola de Luteria da Amazônia - OELA/FBOMS Fed. das Indústrias do Mato Grosso - FIEMT/CNI Fed. das Indústrias Estado do Amazonas - FIEAM/CNI Ass. Indústrias Exp. de Madeira do Pará - AIMEX/CNI FASE/FBOMS Conselho Nacional dos Seringueiros - - CNS/FBOMS

# Capítulo II: A Gestão das Florestas Públicas

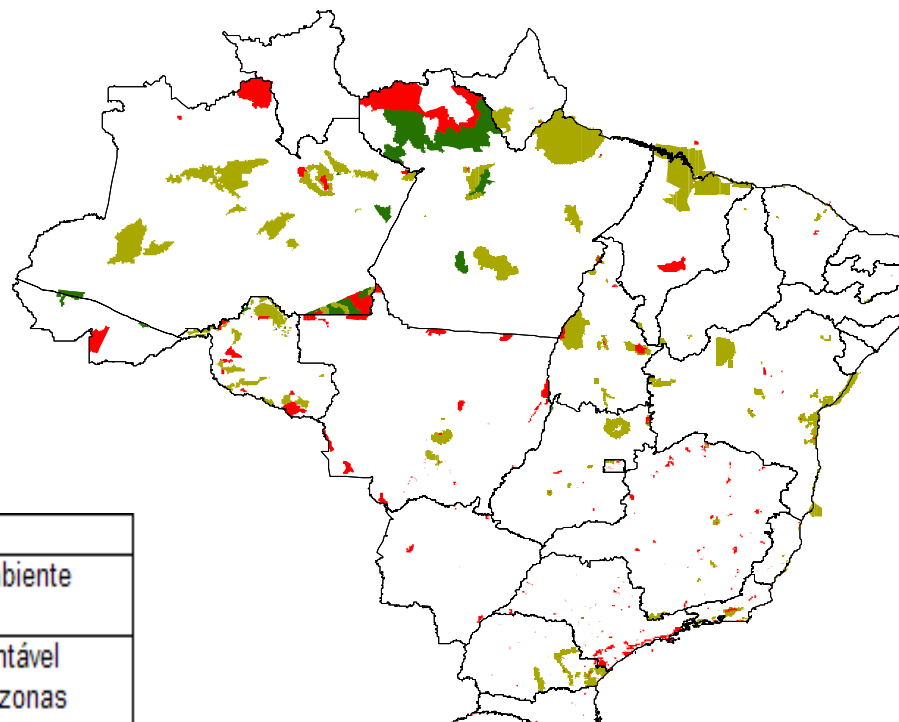
Continuação

## 2.7 Gestão das Florestas Públicas nos estados

- Pará
- Acre
- Amazonas
- Amapá

UF	SIGLA	Instituição
PA	SECTAM	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
	IDEFLOR	Instituto Estadual de Florestas
AM	SDS	Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
	AFLORAM	Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas
	IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
AC	SEF	Secretaria de Florestas
	IMAC	Instituto de Meio Ambiente do Estado do Acre
	SEATER	Secretaria da Assistência Técnica e Extensão Rural
AP	INFLORA	Instituto Estadual de Florestas ( <i>em criação</i> )
	SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente ( <i>em criação</i> )

### FLORESTAS ESTADUAIS



#### Áreas de Proteção Integral

Proteção Integral - Estadual

#### Áreas de Uso Sustentável

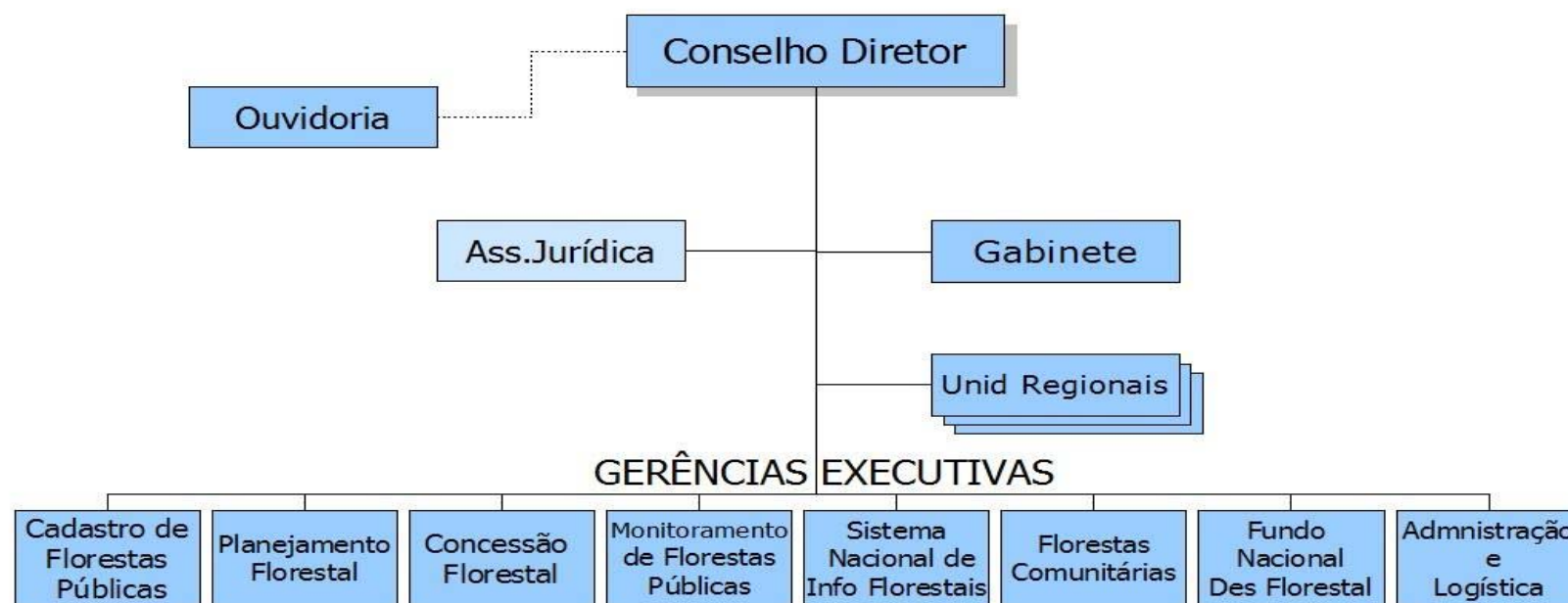
Uso Sustentável - Estadual

Uso Sustentável - Florestas Estaduais

# Capítulo III: O Serviço Florestal Brasileiro

*Continuação*

## 3.1. Estrutura do Serviço Florestal Brasileiro



# Capítulo III: O Serviço Florestal Brasileiro

*Continuação*

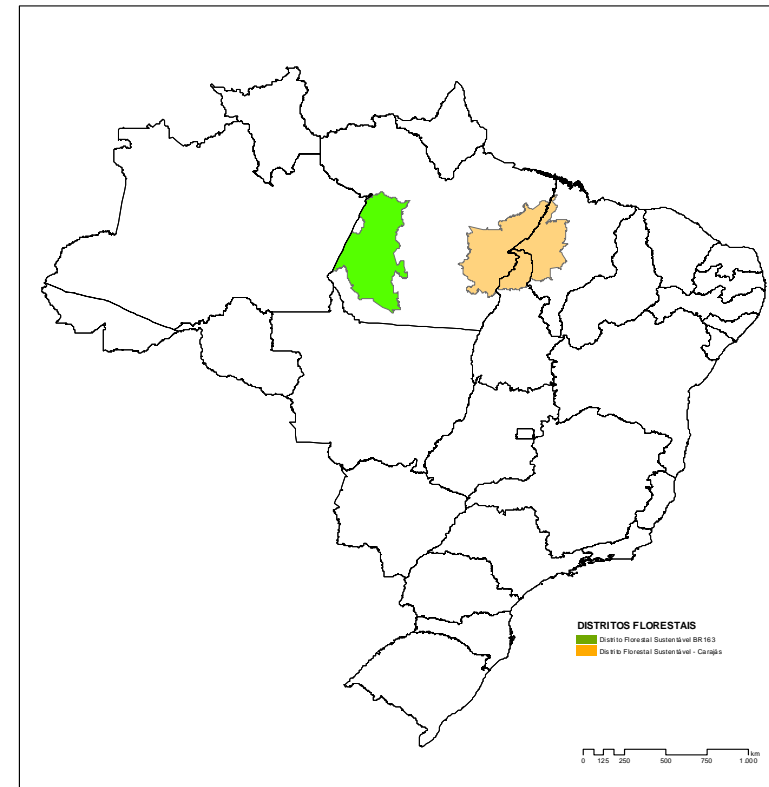
## 3.2. Instrumentos de gestão em desenvolvimento

- Cadastro Nacional de Florestas Públicas
- Inventário Florestal Nacional (IFN-BR)
- Portal da Gestão Florestal
- Sistema de Monitoramento e Auditoria da Gestão de Florestas Públicas
- Sistema de Detecção da Exploração Florestal (DETEX)
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF)

# Capítulo IV: Distritos Florestais Sustentáveis

## Distritos Florestais em Implementação e discussão.

- DFS BR 163
- DFS Carajás
- DFS Purus - Madeira



# Capítulo V: Prioridades para o ano de 2007

1. Apresentar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas
2. Finalizar os mecanismos de transição
3. Elaborar o primeiro Plano de Annual de Outorga Florestal
4. Realizar a 1ª. Licitação de contratos de concessão
5. Implantar a gestão de florestas públicas nos Distritos Florestais Sustentáveis
6. Implantação do Portal Nacional da Gestão Florestal
7. Início da operação do Sistema de Detecção da Exploração Florestal (DETEX)